

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.396 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2001



Em um dia de muitas decisões, o Plenário do Senado aprovou também nome de novo ministro para o STJ e projeto que combate falsificação de obras de arte

Senado aprova projeto para evitar a troca de bebês

Objetivo da proposta que será enviada à sanção é prevenir também seqüestro de recém-nascidos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva que previne a troca ou o seqüestro de bebês. Pela proposta, maternidades e hospitais públicos e particulares serão obrigados a emitir, imediatamente após o nascimento,

declaração neonatal com as impressões digitais da mãe e do bebê, documento que será imprescindível no registro de nascimento. Aprovada conforme substitutivo da Câmara dos Deputados, a matéria vai agora à sanção do presidente da República.

PÁGINA 3

Gás e carvão destinados a energia elétrica ficam livres de contribuições

As alíquotas das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins, incidentes sobre a receita bruta da venda de gás natural e de carvão mineral para produção de energia elétrica, devem ser reduzidas a zero. Projeto nesse sentido, aprovado ontem pelo Senado, vai à sanção presidencial. O objetivo é estimular a termelétricidade.

PÁGINA 4



Presidida por Lúcio Alcântara, a Comissão de Assuntos Econômicos acolheu substitutivo de Maria do Carmo

Novas regras para descarte de cosméticos e remédios vencidos

A responsabilidade pelo destino final de produtos vencidos será de fabricantes e distribuidores, conforme projeto aprovado pela CAE.

PÁGINA 5

General deve falar sobre suposta atividade do terror no Brasil

Comissão de Relações Exteriores convidará ministro do Gabinete de Segurança Institucional para falar sobre declarações do embaixador interino dos EUA no Brasil.

PÁGINA 6

CAE acolhe garantia de escola para aluno carente

PÁGINA 5

MP do Cinema será novamente tema de audiência

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, criada no âmbito da Comissão de Educação, realiza hoje, às 11h, a segunda audiência pública para debater a medida provisória (MP) que estabelece nova política para o cinema.

Participarão do debate os seguintes convidados: Carla Camurati, cineasta; Valmir Fernandes, presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex (Abraplex); José Augusto Moreira, presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); Sílvia Rabelo, diretora da Associação Brasileira das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual (Abeica) e Cláudio Teixeira, assessor jurídico da Presidência da República.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PSDB-PI), a subcomissão realizou em 3 de outubro a primeira audiência sobre a medida provisória. No encontro, Steve Solot, vice-presidente da Motion Pictures Association (MPA), que reúne a Fox, a Universal e a Warner, entre outras, criticou a MP, enquanto os representantes do cinema brasileiro apoiaram a medida.

O fotógrafo e produtor Luís Carlos Barreto, por exemplo, entende que com a edição da MP se estará colocando "ordem no terreno baldio, onde estava sendo depositado o lixo audiovisual internacional". Já os que divergem da MP, como Solot, manifestaram confiança em que o Congresso aperfeiçoe a proposta do Executivo.

Segundo o cineasta e pesquisador Gustavo Dahl, indicado para presidir a Agência Nacional de Cinema (Ancine), as propostas reunidas na MP foram preliminarmente discutidas pela Subcomissão do Cinema do Senado e, posteriormente, pelo Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic).

Cabral apresenta relatório sobre reforma do Judiciário

Documento será entregue oficialmente hoje aos membros da CCJ, que já haviam tomado conhecimento de seu teor na semana passada

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relator da reforma do Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apresenta oficialmente na reunião de hoje, às 10h, seu relatório sobre as propostas de emenda à Constituição (PECs) que têm como finalidade aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento da Justiça brasileira.

Na semana passada, Cabral distribuiu cópias do relatório, encadernado em forma de livro, para os senadores da comissão. Segundo o relator, a apresentação oficial foi adiada em uma semana para que os membros da CCJ tenham tempo de analisar o relatório e apresentar suas propostas e emendas.



Bernardo Cabral adiou entrega oficial do relatório para que senadores pudessem analisar melhor a proposta

Cabral já anunciou que vai conceder vista coletiva do relatório na reunião, pelo prazo regimental de

cinco dias úteis.

A reunião da CCJ tem outros 21 itens em sua pauta, como a PEC do senador José Agripino (PFL-RN) que fixa limites para gastos com publicidade pelos governos. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), é favorável à proposta.

A CCJ deve decidir também sobre a PEC do senador Tião Viana (PT-AC) que determina que o voto seja aberto no caso de decisão acerca de perda de mandato de senador ou deputado. A proposta tem o apoio do relator, José Eduardo Dutra (PT-SE). Porém, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ofereceu parecer alternativo, sugerindo a rejeição da matéria.

Desconto para idoso em transporte interurbano está na pauta da CAS

Projeto que assegura aos maiores de 65 anos de idade o direito a desconto de 50% no valor de transportes interurbanos em todo o país, incluindo passagens aéreas, está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, a partir das 10h. A matéria original, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), recebeu um novo texto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) e agora está sendo analisada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que já se manifestou favorável a sua aprovação.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS vota também projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui

como modalidade de residência médica os programas instituídos pelo Ministério da Saúde que visem ao atendimento a comunidades carentes. O relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável ao projeto.

Também deverão ser votados projetos do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e da senadora Marina Silva (PT-AC) que concedem o seguro-desemprego aos trabalhadores extrativistas e beneficiadores do açaí e de castanha. O relator, Tião Viana (PT-AC), apresentou substitutivo estendendo o benefício ao pescador profissional, ao extrativista vege-



Gilvam Borges já se manifestou a favor da proposta de Ramez Tebet que concede benefício a idosos

tal e ao beneficiador de produtos das florestas que exerçam suas atividades de forma artesanal ou em regime de economia familiar.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

9h – Participa do debate sobre a Emenda Constitucional nº 32, com a presença do ministro Nelson Jobim, entre outros.

10h – Recebe Philippe Reichstul, presidente da Petrobras

11h – Missa em memória do embaixador Roberto Campos

14h – Recebe Clarice Maria Borges, presidente da ABCM/MS

14h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

19h30 – Participa da solenidade de abertura do VII Encontro Nacional do PNMT – Brasil: Novos Destinos

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Hora de expediente: destinada a comemorar os 25 anos de inauguração da Fundação Dom Cabral, Centro de Desenvolvimento de Executivos e Empresas no Estado de Minas Gerais. Pauta: votação em segundo turno de emenda que insere no texto constitucional disposições sobre os fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste; requerimento solicitando que o processo relativo ao caso Banpará seja encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle; entre outros.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: oito itens, incluindo projeto que regulamenta as atividades profissionais dos "mototaxistas" e "motoboys".

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: 23 itens, incluindo emenda constitucional que reforma o Judiciário; projeto que obriga as empresas de serviços de telefonia a fazer constar de sua publicidade as tarifas dos serviços por ela prestados; entre outros.

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública sobre o tema "As Estratégias das Instituições Financeiras Multilaterais, as Políticas de Ajuste e o Papel do Parlamento no Brasil". Entre os convidados, está Marcos Caramuru de Paiva, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

11h – Subcomissão Permanente de Cinema
Pauta: debate sobre a MP nº 2.228-1/01, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema. Entre os convidados, está a cineasta Carla Camurati.

14h30 – Comissão mista destinada a analisar a MP 2.177/01, que altera a Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde.

14h30 – Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência

18h – Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: avisos do TCU

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona

Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Nova lei dificulta troca e seqüestro de bebê

Projeto que vai à sanção obriga hospitais e maternidades a emitir declaração neonatal com impressões digitais da mãe e dados necessários à identificação da criança. Documento será imprescindível no registro de nascimento



Senado vota hoje MP sobre ajustes de valores em reais

O Senado vota hoje medida provisória estabelecendo normas para registro do resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, em razão da variação nas taxas de câmbio ocorrida no ano-calendário de 2001.

Ao editar a MP, o governo alegou que muitas companhias abertas nacionais estão sendo obrigadas a realizar operações de proteção contra tais variações cambiais, não por razões financeiras, mas para proteger suas demonstrações contábeis, que revelariam a discrepância entre ativos e passivos.

O Plenário também decide se autoriza o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 57 milhões, para financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro.

Abertura de crédito tem parecer favorável

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 280 milhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional aprovou parecer do senador Alberto Silva (PMDB-PI), favorável ao texto original. A MP segue para votação nos plenários da Câmara e do Senado.

O Ministério de Minas e Energia receberá R\$ 50 milhões, que serão destinados ao pagamento do bônus a consumidores residenciais de energia elétrica.

Mais R\$ 95 milhões serão destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que deve destinar os recursos a agricultores inscritos no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) que perderam suas safras.

Para o Ministério da Integração Nacional irão R\$ 135 milhões, a serem aplicados em ações emergenciais da Defesa Civil nas regiões atingidas pelas chuvas, no Sul, e pela seca, no Nordeste e no norte de Minas.

A fim de prevenir a troca ou seqüestro de bebês, o Senado aprovou ontem projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga hospitais e maternidades, públicos e particulares, a emitir, imediatamente após os nascimentos, declaração neonatal com as impressões digitais da mãe e do bebê, documento que será imprescindível no registro de nascimento da criança.

Aprovada conforme substitutivo elaborado na Câmara, a matéria agora vai à sanção presidencial. Ao apresentar o projeto em 1996, o objetivo de Marina Silva era reduzir o número de crianças perdidas ou seqüestradas. Ela também alega que a adoção dessas providências propiciará maior controle dos nasci-



Proposta foi apresentada em 1995 por Marina Silva, com o propósito de reduzir casos de crianças perdidas ou seqüestradas

mentos, impedindo as chamadas adoções à brasileira, ou seja, os registros de nascimento decorrentes de doações informais de bebês.

Votado naquela época no Senado, o projeto seguiu para a Câmara, onde recebeu emendas, o que exigiu que os senadores voltassem a se manifestar sobre a matéria. O texto aprovado exige que a declaração neonatal tenha os dados necessários à identificação da criança, especialmente: nome do recém-nascido, nome dos pais, tipo e fator sanguíneos, data, hora e local de nascimento, nome do hospital e assinatura do diretor do estabelecimento, que responderá criminalmente pela veracidade da declaração.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), chegou a pedir que a votação da matéria fosse adiada, mas depois retirou seu pedido. Relator da ma-

téria na CCJ, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apelou para que a matéria fosse logo votada, alegando que seu propósito é cobrir seqüestro de crianças.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou a eficiência das impressões tiradas dos pés do bebê como forma de identificação. Ela lembrou que a nova lei vai dificultar a conduta criminosa passível de ocorrer entre o nascimento e o registro de uma criança.

Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AM), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Romero Jucá (PSDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP), Nabor Júnior (PMDB-AC), Lindberg Cury (PFL-DF), Marluce Pinto (PMDB-RR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Tião Viana (PT-AC) também se manifestaram favoravelmente ao projeto.

Projeto pune com mais rigor falsificação de obra de arte

O Ministério da Cultura deverá criar um grupo de especialistas encarregado de registrar, fiscalizar e analisar peças artísticas visuais, além de trabalhar na prevenção e identificação de obras falsificadas. Isso é o que determina projeto aprovado ontem pelo Senado em turno suplementar, e que será agora examinado pelos deputados.

O texto aprovado é um substitutivo que o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou a

proposta do senador Edison Lobão (PFL-MA). O objetivo do projeto é prevenir e reprimir com maior rigor a falsificação de obras de arte visuais, entre elas pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, obras de engenharia e arquitetura e fotografias.

O projeto estabelece as penas para quem falsificar obras de arte, que vão de dois a seis anos de cadeia, além de multa. Quem colocar em exposição para venda ou troca obra falsificada também po-

derá ser condenado a até cinco anos de prisão. Ainda de acordo com a matéria, a autoridade competente poderá instaurar processo para cassação do alvará de comercialização de obras quando houver indícios de crime nas obras comercializadas.

O grupo a ser instituição pelo Ministério da Cultura terá poderes para reter obras com a finalidade de verificar sua autoria e realizar perícias por determinação judicial.



Proposta de iniciativa de Edison Lobão vai ao exame da Câmara dos Deputados

Goiás vai contratar empréstimo para restaurar estradas

O Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o governo de Goiás a contratar empréstimo de US\$ 65 milhões, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) destacou que os recursos dessa operação se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Gerenciamento da Malha Rodoviária de Goiás, e congratulou os representantes do estado pela dedicação com que defenderam o empréstimo

– Este Plenário não poderia esperar outra atitude de suas excelências, senadores que trabalham não em função dos interesses partidários, mas em função dos interesses do estado – disse ele.



Relator Pedro Piva congratulou senadores goianos, que defenderam a autorização

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou que não apóia nem o partido nem a política do atual governador de Goiás e, justamente por isso, quis expressar sua posição favorável à autorização. “Coloco-me a favor do empréstimo, na certeza de que esses recursos serão multiplicados em be-

nefícios para o estado, proporcionando o aumento da nossa produção”, afirmou.

Já o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que, se sua bancada desejasse obstruir ou prorrogar a votação do empréstimo, teria plenas condições para isso. Mas observou que toda a bancada goiana reconhecia o quanto carecem de manutenção, sinalização e recuperação as rodovias brasileiras.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) notou que Goiás é um estado mediterrâneo, vinculado diretamente ao transporte rodoviário. Ele lembrou que o empréstimo foi pedido no governo de Maguito Vilela, acrescentando que a malha rodoviária é fundamental para o desenvolvimento do país.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou vergonhoso que o Brasil precise de empréstimo externo para recuperar uma malha rodoviária estadual. Em sua opinião, a Resolução 78 do Senado seria descumprida com a aprovação do financiamento, tese com a qual não concordou o senador Paulo Souto (PFL-BA). O senador Álvaro Dias (PDT-PR) também criticou esse endividamento, mas posicionou-se favorável à autorização.

Também se manifestaram a favor os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Lindberg Cury (PFL-DF), José Alencar (PL-MG), Arlindo Porto (PTB-MG), Marluce Pinto (PMDB-RR), José Fogaça (PPS-RS), Hugo Napoleão (PFL-PI), Romero Jucá (PSDB-RR) e Carlos Patrocínio (PTB-TO).

Senado aprova estímulo à produção de energia

Vai à sanção presidencial projeto que reduz a zero as alíquotas de contribuições para o PIS, Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural e de carvão mineral destinados à energia elétrica

Foram reduzidas a zero as alíquotas das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS e Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural e de carvão mineral destinados à produção de energia elétrica.

A decisão foi tomada ontem pelo Senado e vai agora à sanção presidencial. De iniciativa do governo, o projeto visa incentivar a diversificação da matriz energética, fomentando a utilização de gás natural e de carvão mineral na geração de energia, mediante desoneração da incidência dessas contribuições na cadeia de comercialização desses insumos.

No entender do governo, essa perda potencial de arrecadação poderá ser plenamente compensada pela incidência dessas contri-



Bello Parga e Fernando Matusalém, relatores nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, apresentaram pareceres favoráveis ao projeto

buições nas vendas não destinadas à geração de energia, assim como pela sustentação da atividade industrial que utiliza essas fontes primárias, no momento em que o país enfrenta crise energética.

Na mensagem, o governo informa que a arrecadação produzida em 2000 com a incidência desses tributos sobre o carvão mineral foi de apenas R\$ 11 milhões. O



Executivo também informa que, atualmente, existe apenas uma usina termelétrica em operação no país utilizando o gás natural como fonte energética. Relatores da matéria nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Fernando Matusalém (PPB-RO) se manifestaram favoráveis à aprovação.

Souto defende mais energia para o Nordeste no verão

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apelou ao presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, ministro Pedro Parente, no sentido de que o governo coloque em operação o mais rápido possível a geração emergencial de energia elétrica para a Região Nordeste. Ele acrescentou que somente desta forma não será frustrada a expectativa de ampliar o fluxo de turistas que neste verão devem procurar as praias da região.

O prazo de 90 dias para a liberação da nova energia para o Nordeste, comentou o senador, é muito longo. Ele fez um apelo para

que o ministro procure abreviar o prazo de 90 para 45 dias, para que haja folga na geração de energia elétrica em janeiro. Ele informou que a estimativa da Embatur é de que 50 milhões de brasileiros viajem dentro do país neste verão.

Na opinião de Paulo Souto, pior do que os feriados decretados para reduzir o consumo seria o Nordeste enfrentar dificuldades com o abastecimento de energia elétrica no verão. Ele garantiu que tanto a Câmara quanto o Senado darão o apoio necessário para que as medidas administrativas necessárias sejam tomadas para anteci-



Paulo Souto: Nordeste está se preparando para receber visitantes

par a geração emergencial de energia elétrica para a região.

Paulo Souto informou que o Nordeste já está se preparando para receber os visitantes e que, na Bahia, o clima já é de verão.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse que os nordestinos já vinham reduzindo o consumo de energia antes do racionamento e, por isso, a região enfrenta dificuldades para cumprir a meta de economia de 20%.

Senadores querem exame de projeto sobre privatização

Os senadores Osmar Dias e Álvaro Dias, ambos do PDT paranaense, fizeram apelo ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para que a Mesa coloque na pauta de votação, o mais rápido possível, projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que proíbe a privatização das operações de transmissão e geração das empresas estatais de energia elétrica.

Acompanhados do presidente do Fórum de Defesa da Copel (Companhia Paranaense de Eletricidade), Osmar e Álvaro Dias disseram a Tebet que 98% da população do estado é contra a venda da empresa. Os parlamentares entendem que a entrada em pauta do projeto de Freire, já aprovado nas comis-



Álvaro e Osmar Dias solicitaram a Tebet (C) que coloque na pauta proposta de Roberto Freire

sões, permitirá ao Senado debater a questão.

O governo estadual, de acordo com os senadores, vem enfrentando verdadeira batalha política para levar avante seu projeto de privatizar a Copel. Osmar Dias informou que Tebet prometeu tomar providências para que a matéria tramite o mais rápido possível.

Comissão pede recursos para o Rio São Francisco

Membros da Comissão Especial do Rio São Francisco reuniram-se, no final da tarde de ontem, com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para solicitar que os recursos destinados ao



Waldeck Ornélas (E) aponta redução de recursos para revitalizar o São Francisco

projeto de revitalização do rio não sejam reduzidos. Durante a reunião da comissão, à tarde, o relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), disse que, enquanto o projeto recebeu neste ano R\$ 80 milhões, a previsão orçamentária para 2002 não ultrapassa R\$ 30 milhões. Os parlamentares solicitaram ao ministro recursos da ordem de R\$ 200 milhões. Participaram da audiência, além de Ornélas, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), José Coelho (PFL-PE) e Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL).

A comissão, criada para acompanhar o projeto de revitalização do rio, ouviu ontem o diretor-substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, Rodolfo Torelly, e o diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Humberto Candeias Calvacanti.

Rodolfo Torelly informou que os pescadores do Rio São Fran-

cisco recebem seguro-desemprego na época do defeso, período do ano em que deixam de trabalhar para permitir a reprodução dos peixes. Ele observou, no entanto, que tem havido dificuldades para o pagamento do benefício, uma vez que a maioria dos pescadores vive em cidades ribeirinhas, onde não há agências da Caixa Econômica Federal. A saída, segundo ele, seria transferir o pagamento para as casas lotéricas.

Waldeck Ornélas, contudo, disse que levaria mais de um ano para que as casas lotéricas estivessem aptas a cumprir essa função. O senador entende que a situação é emergencial e pediu uma solução imediata.

Em sua explanação, Humberto Cavalcanti disse que o Ibama dispõe de unidades volantes para cadastramento dos pescadores. Ele anunciou também um projeto do órgão para a recomposição das matas ciliares.

Acolhida a indicação de Luiz Fux para compor o STJ

Acatando parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP), o Senado aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando Luiz Fux, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de ministro vago em razão da aposentadoria de Hélio de Melo Mosimann. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a aprovação do nome, dizendo que Luiz Fux é "um brilhante desembargador, um brilhante advogado e merece ocupar o cargo". A mensagem foi aprovada por 57 votos favoráveis, oito contrários e uma

abstenção.

O Senado adiou para 5 de dezembro a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destinada a tornar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica.

O adiamento foi requerido por Ney Suassuna. Lembrando que Suassuna é nordestino e foi o primeiro signatário a acompanhá-lo nessa iniciativa, Valadares disse que o senador paraibano parece agora "ouvir mais os reclames do governo que os do povo nordestino".

Comissão aprova bolsa de estudo para aluno carente

Conforme projeto acatado ontem pela CAE, o benefício será concedido quando não houver vaga em escola pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que garante a estudantes carentes do ensino fundamental e médio de todo o país o direito a bolsa de estudo em escola comunitária, confessionnal ou filantrópica quando não encontrarem vagas em escola pública dos municípios em que residem. O projeto será agora examinado pela Comissão de Educação (CE) e, depois, pelo Plenário.

Segundo o relator da matéria, senador Freitas Neto (PSDB-PI), o substitutivo conseguiu aprimorar as propostas originais constantes dos projetos de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) e do então deputado Ubiratan Aguiar, ao detalhar a forma de se fazer a cobertura do benefício.

Além da previsão das verbas para a concessão das bolsas, a União terá também de prever dotações para criar nas escolas públicas o mesmo número de vagas pagas às escolas privadas aptas a receber recursos públicos.

De acordo com a proposta, o déficit de vagas na rede escolar



Maria do Carmo Alves (ao lado) é autora do substitutivo acatado pela Comissão de Assuntos Econômicos



poderá ser superior à média do custo de um aluno para a escola pública. As escolas que receberem os alunos carentes, prevê o projeto, não poderão cobrar dos alunos bolsistas qualquer valor a título de complementação dos encargos educacionais.

pública, para efeito de concessão das bolsas, terá de constar do censo escolar anual. Poderão ser beneficiados os estudantes que não encontrarem vagas em escolas do seu município e cuja renda familiar esteja abaixo do limite de isenção do Imposto de Renda (R\$ 10.800 anuais).

O valor da bolsa será definido com base na média de preços praticados pelas escolas e não

Mesmo dizendo-se favorável à aprovação do projeto, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse duvidar da sua eficácia, porque são poucas as localidades no Brasil onde há carência de vagas nas escolas públicas. O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), questionou se o projeto não iria prejudicar a escola pública.

Fabricante terá de garantir descarte de remédio vencido

O destino final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade vencido será de responsabilidade dos fabricantes e distribuidores. É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o projeto, relatado pelo senador Lauro Campos (PDT-DF), será do responsável técnico pelo serviço da farmácia em que ocorrer o vencimento do prazo de validade ou deterioração do produto a responsabilidade de comunicar o fato, por ofício, ao distribuidor ou fabricante, para que o recolhimento e o descarte possam ser feitos. O

recolhimento do produto deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento do aviso.

De acordo com o parecer de Lauro Campos, lido na reunião pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o objetivo da proposta é "distribuir melhor o ônus do descarte desses produtos por toda a sua cadeia produtiva".

Como os fabricantes dispõem, necessariamente, de meios mais adequados ao manuseio de produtos vencidos ou deteriorados, diz o relator, a transferência para eles da responsabilidade do descarte reduzirá os riscos de poluição do ambiente e os custos de despoluição.

O projeto, ainda conforme Lauro Campos, "institucionaliza uma prática já comum em nosso meio



O projeto, de Luiz Pontes, distribui o ônus do descarte de medicamento deteriorado ou vencido

— a do serviço de farmácia retornar ao distribuidor ou fabricante os medicamentos vencidos ou deteriorados" —, consagrando uma política adotada nos países europeus que busca distribuir os custos da despoluição ambiental por todos os elos da cadeia produtiva. No Brasil, segundo o relator, esses custos são bancados integralmente pelos consumidores.

Autorizado financiamento para reparo de equipamento agrícola

O reparo e a reforma de máquinas e equipamentos agrícolas poderão ser considerados como despesas de investimentos, a serem financiadas pelo sistema de crédito rural nas mesmas condições fixadas pelo governo para qualquer outro investimento no setor — em geral, com juros bem abaixo daqueles cobrados pelo mercado e prazos maiores. O benefício está previsto em projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do senador Freitas Neto (PSDB-PI), relator da matéria.

A proposta seguirá, nos próximos dias, para exame do Plenário do Senado. De acordo com o projeto, os bancos que operam com o crédito rural não mais poderão, como ocorre hoje, segundo o relator, excluir do financiamento para investimentos as operações de reparo e reforma de máquinas e equipamentos agrícolas, alegando carência de recursos.

Segundo Freitas Neto, ao estabelecer a obrigatoriedade do financiamento para a reforma de máquinas, "o projeto provocará conseqüências práticas", dando, inclusive, uma contribuição para aumentar a produtividade agrícola do país. Neste ano, lembrou o senador Freitas Neto, a produção agrícola brasileira deverá atingir os 100 milhões de toneladas de grãos.



Freitas Neto apresentou parecer favorável ao projeto que considera o reparo como despesa de investimento

Licitações para pesquisa de petróleo serão mantidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) manifestou-se favoravelmente a que a Petrobras continue transferindo a outras empresas, inclusive estrangeiras, a pesquisa de petróleo em áreas previamente definidas pela estatal. Projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que modificava essa situação ao suspender as licitações de áreas de prospecção foi rejeitado ontem pela CAE, conforme propôs em parecer o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), relator da matéria.

Geraldo Melo argumentou que a pesquisa sobre a existência ou o potencial de jazidas de petróleo apresenta riscos e custos muito altos. Segundo o relator, a política energética brasileira precisa de mudanças, mas a suspensão de todas as licitações na área da prospecção de petróleo não seria razoável.

— A suspensão constitui atitude radical demais, que trará prejuízos enormes para o país — avaliou.

Na ausência de novas licitações, disse o relator, a oferta de derivados de petróleo poderia não acompanhar o aumento da demanda nacional, provocando crise semelhante à do setor elétrico.

O senador Jefferson Péres (PDT-

AM) disse concordar em parte com as críticas de Roberto Saturnino à concepção da política energética. Afirmou, entretanto, concordar com o relator, por ver como "demasiadamente radical" a suspensão do processo de licitações para pesquisa de petróleo. Também se manifestaram a favor do parecer de Geraldo Melo os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

DISTRITO INDUSTRIAL

A CAE aprovou também requerimento do senador Jefferson Péres solicitando a realização de audiência pública para discutir com representantes do governo o impacto que provocaria o projeto que cria o Distrito Industrial Incentivado em Macapá-Santana, semelhante ao já existente na Zona Franca de Manaus.

Jefferson Péres quer que a CAE debata o projeto, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), com representantes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e das Relações Exteriores. Foi aprovada a sugestão do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Maratus Tavares, participe do debate.

General Cardoso deporá sobre denúncia de operações terroristas no Brasil

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional será convidado pela CRE para esclarecer afirmação de embaixador de que haveria no país atividade de apoio ao terrorismo internacional

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovaram ontem requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) convidando o general Alberto Cardoso, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre suposta atividade de apoio, em território brasileiro, ao terrorismo internacional.

Segundo Tuma, o requerimento foi motivado pelas declarações do embaixador interino dos Estados Unidos no Brasil, Cristobal Orozco, publicadas



Jefferson Péres, ao lado de José Sarney e João Alberto, presidiu a reunião em que o convite a Alberto Cardoso foi aprovado

pelo jornal *O Globo*, de que a região de fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, próxima a Foz do Iguaçu (PR), abrigaria operações de financiamento do terrorismo. Para o senador, Alberto Cardoso pode informar se as afirmações procedem.

— Temos que tomar as providências necessárias, porque, com certeza, nenhum de nós está de acordo com a existência de bases terroristas no Brasil — afirmou Tuma. O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que entrará em contato com Alberto Cardoso para marcar a data do depoimento. Jefferson disse ainda

que, se houver necessidade, a reunião para ouvir o general pode ser fechada.

Romeu Tuma informou que tinha a intenção de convidar o embaixador para comparecer à comissão, mas preferiu, antes, contactar Orozco para saber so-

bre sua disposição de depor.

EMBAIXADORES

Na reunião, a comissão aprovou parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) favorável à indicação do diplomata José Augusto Lindgren Alves para o cargo de embaixador do Brasil na Bulgária. O diplomata é atualmente consul-geral do Brasil em São Francisco, Estados Unidos. A indicação de Lindgren Alves ainda deve ser aprovada pelo Plenário, em votação secreta.

A comissão também aprovou relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável à indicação do diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador na República do Laos, Sudeste Asiático.

Osmar Dias propõe voto de censura a representante dos EUA

O senador Osmar Dias (PDT-PR) protestou contra declarações do embaixador interino dos Estados Unidos, Cristobal Orozco, sobre a existência de rede de terrorismo árabe na cidade de Foz do Iguaçu (PR). De acordo com o senador, a economia da cidade, que depende em 65% do turismo, “está sendo destruída pelas declarações equivocadas e sem provas” do embaixador, que levaram ao cancelamento de excursões e de reservas em hotéis.

Osmar propôs à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que apresente voto de cen-



Osmar Dias: declaração prejudicou economia de Foz do Iguaçu

sura ao embaixador.

— Seria bom que a CRE o convocasse imediatamente para explicar essas declarações que estão trazendo pânico à população ordeira de Foz do Iguaçu, que recebe 1,5 milhão de turistas por ano sem registro de qualquer incidente.

O senador afirmou que, se o embaixador tem provas da existência de rede de terrorismo, deve apresentá-las.

— Ele não pode ficar dando declarações irresponsáveis à imprensa, levando pânico e trazendo prejuízo a uma cidade como Foz, que tem a terceira maior rede hoteleira do Brasil.

Paulo Hartung pede o fim dos ataques militares ao Afeganistão

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) pediu ontem o fim dos ataques militares ao Afeganistão. As razões apresentadas pelo senador são o aumento do número de vítimas inocentes e “as dificuldades em se distinguir os verdadeiros alvos da guerra”. Para Hartung, a linha

adotada pelos Estados Unidos para combater o terror deixará “pesada hipoteca de instabilidade nas relações internacionais”.

— O único caminho possível para a paz é o do entendimento multilateral para construir uma nova ordem, que supere o paradoxo de um mundo cada vez mais desigual.

O senador se solidarizou com o



Segundo Hartung, está aumentando o número de vítimas inocentes

povo norte-americano pelos ataques de 11 de setembro e defendeu ampla mobilização internacional contra o terror. “Há elementos suficientes para justificar amplo repúdio ao regime dos talibãs”, disse, ressaltando, no entanto, que o radicalismo do adversário não é argumento para justificar uma ação de guerra.

Hartung chamou atenção para a mudança na opinião pública em relação à guerra pela falta de resultados práticos. O senador afirmou que apenas 18% dos americanos confiam na capacidade do governo de protegê-los de novos ataques terroristas.



Leomar Quintanilha é vice-presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Infra-Estrutura escolhe hoje novo presidente

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura deve eleger hoje, em reunião às 10h, seus novos presidente e vice-presidente. A eleição será realizada pelo fato de o senador José Alencar (PL-MG) — que ocupava o cargo de presidente — haver saído do PMDB, partido ao qual cabe a presidência da comissão nesta sessão legislativa.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), atual vice-presidente da CI, presidiu a reunião, realizada ontem, em que foi aprovado pedido do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) para que fossem juntados os projetos em tramitação que tratam do horário de verão.

Melo havia solicitado vista do projeto do senador Maguito Villela (PMDB-GO) que propõe a exclusão dos estados de Goiás e Tocantins e do Distrito Federal da obrigação de implantar o horário de verão, mas apresentou voto em separado contrário à proposta. A matéria recebeu voto favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que concorda com “a ineficácia da implantação” do horário de verão nessas unidades da Federação.

Geraldo Melo costesta o argumento de que as populações de Goiás, Tocantins e Distrito Federal ficam mais expostas à criminalidade pelo fato de estar ainda escuro quando deixam suas residências de manhã, lembrando que, no horário de verão, essas mesmas pessoas voltam para casa quando ainda está claro.

O projeto de Maguito irá agora tramitar em conjunto com proposta da Câmara que estabelece regras para a implantação do horário de verão, definindo que os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal deverão adotar a medida.

EMBAIXADOR DA SÍRIA É RECEBIDO PELO PRESIDENTE DO SENADO

O embaixador da Síria, Chahin Farah, foi recebido na manhã de ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Farah cumprimentou o senador pela eleição para a Presidência da Casa e conversou com Tebet a respeito das relações entre o Brasil e a Síria, em especial sobre as perspectivas de evolução no intercâmbio comercial.

O embaixador conversou com Tebet sobre as relações Síria-Brasil





Pataxó faz manifestação em Brasília, durante o julgamento dos matadores de Galdino

Julgamento dos réus do caso Galdino repercute no Senado

Senadores comentaram ontem, em entrevista à Rádio Senado, o julgamento dos quatro acusados de terem assassinado o índio pataxó hã-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos, que teve o corpo queimado em 20 de abril de 1997 no momento em que dormia em um ponto de ônibus em Brasília. Estão sendo julgados Eron Chaves de Oliveira, Max Rogério Alves, Antônio Novély de Vilanova e Tomás de Oliveira.

De acordo com o senador Tião Viana (PT-AC), o caso Galdino é um dos mais agressivos à dignidade humana.

— Filhos de ricos feriram de morte gratuitamente, sem qualquer razão compreensível, uma pessoa que talvez sonhasse em ter comida no dia-a-dia para os filhos, talvez sonhasse com a construção da cidadania deste país. Não é possível que sejamos bonzinhos com os ricos e insensíveis com os pobres.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse confiar na competência do júri popular.

— Eles vão ser julgados pelo tribunal mais democrático que existe no mundo, que é o júri popular.

Já o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse acreditar que os réus já cumpriram suas penas nos quatro anos em que passaram na prisão.

— Eles já sofreram o suficiente. É um crime da própria sociedade incinerar e liquidar também quatro vidas de jovens adolescentes que, pela imprudência ou por estarem juntos, cometeram esse ato. Os presídios são escolas de bandidos.

Marluce anuncia sanção de lei sobre terras em Roraima

Segundo a senadora, autora do projeto, a medida permitirá que grande parte dos problemas fundiários do estado seja extinta

O presidente da República, Fernando Henrique, sancionou ontem lei que transfere terras da União para o estado de Roraima. Ao comunicar a notícia ao Plenário, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) agradeceu aos senadores pela aprovação do projeto de sua autoria, afirmando que grande parte dos problemas de terras em Roraima será extinta com a medida.

A senadora tranquilizou os assentados explicando que a lei determina que as terras transferidas deverão ser utilizadas em assentamentos. Segundo Marluce Pin-

to, atualmente os proprietários de terra têm dificuldades em obter títulos, que agora serão definitivos.

Marluce lembrou que a tramitação do projeto durou seis anos, mas disse que "nunca é tarde para se corrigir os erros do passado". Com a autonomia de Roraima, afirmou, poderá ser apresentado agora projeto para que o Congresso defina o processo de demarcação das terras indígenas, "em litígio há muito tempo e que prejudica o desenvolvimento do estado".



A lei, proposta pela senadora Marluce Pinto, transfere terras da União para o estado de Roraima

Seminário debate planos de educação

Com o objetivo de subsidiar a elaboração dos planos educacionais dos estados, municípios e do Distrito Federal para a década de 2001/2010, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), foi realizado no Auditório Petrônio Portella, no Senado, seminário promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pelas comissões de Educação do Senado e da Câmara e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação.

No debate, que começou segunda-feira e terminou ontem, estiveram em pauta as bases para o



O seminário reuniu no Auditório Petrônio Portella técnicos do Ministério da Educação, da Unesco e de governos estaduais e municipais

processo de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos estaduais e municipais de educação. O evento reuniu técnicos do Ministério da Educação, secretá-

rios estaduais, professores e representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, organismos internacionais e instituições da sociedade civil.

TEBET

Os participantes do seminário foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Eles estavam acompanhados pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e pelo deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

TEBET RECEBE REPRESENTANTES DOS DEFENSORES PÚBLICOS

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem delegação do Colégio de Defensores Públicos e a procuradora-geral da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Nancy Gomes de Carvalho. Ela também integra o Conselho Nacional da Defensoria.

De acordo com Nancy, a visita "teve um caráter de cortesia". Os defensores públicos cumprimentaram Tebet por sua eleição para a Presidência do Senado. Eles aproveitaram o encontro para trocar idéias com o senador a respeito da tramitação da reforma do Judiciário.

A procuradora transmitiu ao senador o interesse dos defensores públicos em relação a dispositivo que regula a atividade por eles



Defensores públicos discutiram com Ramez Tebet a tramitação da proposta de emenda constitucional de reforma do Judiciário

exercida. Tebet discorreu sobre a evolução das discussões da reforma, prevendo para breve a conclusão dos trabalhos, apesar de reconhecer a existência de questões

polêmicas. O dispositivo citado por Nancy Gomes de Carvalho, conforme ela destacou, não está entre os temas que ainda não obtiveram consenso.

Senado lança edição em braille da Constituição gaúcha

Diversas entidades gaúchas de apoio a portadores de deficiência visual receberão sexta-feira exemplares da edição em braille da Constituição do Rio Grande do Sul, que está sendo lançada pelo Senado Federal. A entrega será feita às 16h, no estande do Senado na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Receberão exemplares da Constituição gaúcha, pela primeira vez impressa em braille, a Federação Rio-Grandense de Entidades para Cegos, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, a União de Cegos do Rio Grande do Sul, a Associação de Cegos Louis Braille, a Biblioteca Lucília Minssen da Casa de Cultura Mário Quintana, o Instituto Santa Luzia, o Lar da Amizade e Abrigo para Cegos Carentes, a Fundação de Atendimento ao Deficiente e Superdotado do Rio Grande do Sul, a Biblioteca Pública do Estado e a Associação Beneficente de Publicação de Cassetes para Cegos.

CAE discute organismos multilaterais

A Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje, às 10h, audiência pública sobre as estratégias das instituições financeiras multilaterais, as políticas de ajuste e o papel do Parlamento no Brasil.

Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério da Fazenda, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Rede Brasil e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A reunião será realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

MP dos planos de saúde começa a ser analisada

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre a regulamentação dos planos de saúde terá hoje, às 14h30, sua primeira reunião. Do texto que será analisado pelos integrantes da comissão, não constam dispositivos da medida original considerados polêmicos, como o que previa a criação da figura do "médico porteiro", como foi chamado o clínico geral que avaliaria a necessidade de o paciente consultar um especialista.

Os produtos a serem comercializados pelas administradoras de planos de saúde deverão ser registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Alcântara: violência custa ao país R\$ 18 bilhões

Senador disse que “parece haver um certo retardamento nas medidas do governo” para enfrentar o problema. Na sua avaliação, tudo que foi feito até agora pelo poder público tem sido insuficiente

Além da dor e do sofrimento, a violência tem um “custo econômico” que pode chegar neste ano a 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que representam R\$ 18 bilhões, com atendimento médico público, previdência e segurança, afirmou, em discurso, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele comentou reportagem publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, segundo a qual os gastos hospitalares públicos aumentaram 24% nos últimos quatro anos por conta do atendimento a acidentados e agredidos.

Alcântara lamentou que “parece haver um certo retardamento” nas medidas do governo para conter a violência no país. “De vez em quando há um ciclo de anúncio de boas medidas, mas elas de-



Alcântara citou dados da *Folha de S. Paulo* sobre gastos provocados pela violência

moram a ser implantadas ou às vezes são esquecidas”, afirmou. Para ele, no entanto, o certo é que tudo o que foi feito até agora pelos governos “tem sido insuficiente” para reduzir a violência no país.

O senador disse que o governo nega morosidade em sua ação contra a explosão da violência

urbana que, desde 1997, estaria provocando mais mortes que as doenças do coração. O governo cita como medidas de repercussão nesta área o novo Código de Trânsito Brasileiro, o Plano Nacional de Segurança Pública e a ação do Gabinete de Segurança Institucional em áreas de risco das regiões metropolitanas.

Alcântara leu trechos da reportagem, que cita estudos da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre o problema. Conforme a matéria, a FGV chegou ao custo de R\$ 18 bilhões, enquanto o BID sustenta que o gasto total brasileiro pode bater em 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB), incluindo todas as perdas em saúde, seguros, acidentes e que na produção.

Iris Rezende sugere plano de emergência para recuperar malha rodoviária do país

Ao divulgar levantamento da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), no qual foi constatado que quase 70% dos 45 mil quilômetros de estradas do país foram classificados como deficientes, ruins ou péssimos, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) alertou para a necessidade de ser adotado um plano de emergência para o setor, nos moldes do que foi elaborado para resolver a crise de energia elétrica.

— Não podemos repetir o erro da falta de investimentos em infraestrutura, energia elétrica e rodovias para fazer superávit orçamentário e agradar às tais agências de classificação de risco, deixando deteriorar-se nossa malha viária — disse.

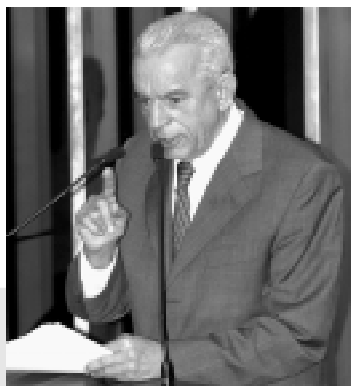
Iris afirmou que o resultado da pesquisa da CNT demonstra que o governo federal tem investido três vezes menos do que deveria para conservar a malha rodoviária. Ele lembrou que os recursos destinados para as estradas nos últimos cinco anos foram de R\$ 1,5 bilhão no total, quando seriam necessários pelo menos R\$ 1 bilhão por ano.

— Estamos assistindo à degradação da malha viária brasileira prejudicando não apenas o setor de transportes de cargas, mas o conjunto da economia e da sociedade em geral, que depende de estradas para alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento e de qualidade de vida — disse o senador por Goiás.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou que as péssimas condições das estradas brasileiras também facilitam o roubo de cargas. Ele lembrou que na CPI Mista do Congresso que está investigando o assunto, caminhoneiros relataram que as quadrilhas aproveitam o momento em que os motoristas são obrigados a diminuir a velocidade para ultrapassar um trecho esburacado e realizam o assalto.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lembrou que as estradas têm tempo útil e existe um tempo determinado para sua recuperação.

Por sua vez, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) citou a importância da construção da Fer-



Plano defendido por Iris seria nos moldes do adotado para resolver crise de energia

rovia Norte-Sul para que o Brasil deixe de ser dependente exclusivamente da malha rodoviária para transportar a produção.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs que seja acrescido, durante um ano, 6 centavos ao preço de cada litro de combustível. A renda, estimada em R\$ 1,8 bilhão, seria suficiente, segundo o parlamentar, para recuperar todas as estradas deterioradas do país. Ele acrescentou que já apresentou sua sugestão ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Requião denuncia irregularidades na campanha do prefeito Taniguchi

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) trouxe ontem ao Plenário do Senado as denúncias de irregularidades na contabilidade da campanha do atual prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, do PFL. As denúncias, publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*, apontam a omissão de R\$ 29,8 milhões na declaração feita pelo PFL ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná — o partido teria declarado apenas R\$ 3,1 milhões, menos de 10% do que teria sido gasto nos dois turnos da campanha de 2000.

Requião vê relação direta entre as altas somas captadas — e não declaradas — e atos do governador do Paraná, Jaime Lerner, também do PFL. “De onde esse dinheiro surgiu? Provavelmente, da grande corrupção das privatizações, dos dinheiros indevidamente pagos a grandes empreiteiros de hidrelétricas. Os R\$ 96 milhões que foram pagos pela construção da usina de Segredo, feita por administração direta do estado, de forma absolutamente injustificada e pouco transparente, podem ter alimentado, segundo rumores, com R\$ 36 milhões, a contabilidade da campanha municipal”, afirmou.

Segundo o senador, o esquema de



Requião vê relação direta entre recursos captados — e não declarados — e atos do governador

arrecadação do PFL consistia na captação de recursos junto a empresários, sob a forma de doação, mas que ocultava operação de lavagem de dinheiro. “O empresário dava um cheque, que era contabilizado como doação, mas imediatamente a empresa recebia em espécie o mesmo valor. A certeza da impunidade era tão grande que eles assinaram recibos das devoluções. Era só uma forma para esquentar os recursos”, explicou Requião. Ele disse que a comprovação das irregularidades está em livro-caixa, escrito com a letra do tesoureiro da campanha de Taniguchi. Requião solicitou a transcrição do livro-caixa nos Anais.

Freitas Neto pede conclusão de obras paralisadas no Nordeste

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) defendeu ontem a imediata conclusão de obras paralisadas no Nordeste. Citando dois projetos de irrigação no Piauí — Taboleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe —, o senador disse que, com um mínimo de esforço, as obras estarão prontas para trazer benefícios importantes para a população.

Para Freitas Neto, a posse do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) no Ministério da Integração Nacional pode representar uma oportunidade para sanar os desajustes, abrindo caminho para uma redefinição das políticas de combate às desigualdades regionais. Freitas Neto reconheceu que o ministé-

rio passa por um período de definições externas, com a extinção da Sudene e Sudam.

— O mais importante é assegurar que não haja solução de continuidade, porque as empresas incentivadas, por exemplo, não têm recebido os repasses necessários para continuar seu trabalho — observou.

Ele espera que Suassuna traga nova força para os projetos paralisados do Nordeste. “Muitas vezes são obras com trabalhos de engenharia já concluídos, que precisam de recursos pequenos para trazer uma verdadeira revolução nas vidas de populações carentes da região”, frisou.